



COLÔNIA  
Como vereador,  
participa do  
evento Expo  
Brasil Japão,  
em 1979

Arquivo CCL/CMSP

**Q**uando os primeiros imigrantes japoneses desembarcaram no Brasil, em 1908, eram considerados uma raça inferior por cientistas, médicos e políticos brasileiros, que sugeriam restringir a imigração nipônica para não prejudicar a raça brasileira. “Baste-nos o erro que consistiu na introdução do preto. Não reincidamos no amarelo”, disse o deputado federal Fidélis Reis, em 1923. Com a entrada do País na Segunda Guerra Mundial, em 1942, o preconceito se juntou à perseguição política. Além de seres inferiores, os imigrantes passaram a ser vistos como agentes em potencial do império japonês, contra quem o Brasil estava em guerra – o “perigo amarelo”.

Nos anos 40, junto com italianos e alemães, os imigrantes vindos do Japão e suas famílias passaram a ser tratados como inimigos do Estado. Tiveram seus bens confiscados e foram proibidos de fazer reuniões públicas ou utilizar a própria língua. Agentes do governo expulsaram milhares de japoneses de suas casas, em Santos e no bairro paulistano da Liberdade. Em 1946, um ano após o final da guerra, a Assembleia Constituinte votou uma emenda proibindo a entrada de nipônicos no Brasil, que só foi rejeitada por um voto de diferença. Para piorar, eles também lutavam entre si: entre 1946 e 1947, a atuação da milícia nacionalista Shindo Renmei, que caçava os imigrantes que acreditavam na derrota do Japão no conflito mundial, deixou 23 mortos e 147 feridos.

Perseguida e dividida, a comunidade precisava de uma mudança. “Naquele momento, os japoneses buscavam mudar sua imagem diante da sociedade brasileira e dentro da própria colônia”, explica Célia Sakurai, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e especialista em história da imigração japonesa no Brasil. “Um dos caminhos encontrados para essa mudança foi a política.”

#### PERIGO VERMELHO X PERIGO AMARELO

Era uma boa época para descobrir a política. Em 1947, após o fim do Estado Novo, os municípios faziam suas primeiras eleições em 11 anos. Foi naquele ano que, pela primeira vez, os nisseis (brasileiros filhos de japoneses) se lançaram candidatos. Um desses pioneiros, o advogado Yukishigue Tamura, conseguiu 1.436 votos para o cargo de vereador, suficientes apenas para que fosse suplente. Mas sua situação mudou em 31 de dezembro, véspera da posse da nova Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou a cassação dos mandatos de 15 vereadores comunistas.

Era uma decisão autoritária, em que o Tribunal cedia ao medo do “perigo vermelho” disseminado durante a Guerra Fria, mas serviu para ajudar a vida de uma comunidade que era vítima de outra paranoia com nome colorido, o “perigo amarelo”. Com a saída dos comunistas, o suplente Yukishigue conquistou uma cadeira de

# A felicidade do pioneiro

Quando o Brasil tratava japoneses com desconfiança, ele se tornou o primeiro político nipônico eleito fora do Japão

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br



vereador e entrou para a história como o primeiro político de origem japonesa eleito fora do Japão.

A trajetória de Yukishigue iniciou-se em 1910, quando seu pai, Yoshinori, e sua mãe, Kino, desembarcaram no Brasil a bordo do navio Ryojun-Maru. O pai de Yukishigue trabalhou como carpinteiro e sorveteiro, enquanto a mãe fazia pastéis, que o filho ia vender na Praça da Sé. Era tão pobre que ia à escola sempre com um pé descalço. “Quando gastava um, usava o outro”, contou em entrevista ao repórter Aldo Shiguti, no *Jornal do Nikkei*, em 5 de setembro de 2000.

Com 11 anos, em 1926, conheceu um padre jesuíta italiano, Guido del Toro, da Igreja São Gonçalo, na Praça João Mendes. O encontro marcaria sua vida. O padre Guido dedicava-se a evangelizar os imigrantes japoneses e, para pescar as almas das crianças, distribuía balas convidando-as para ir ao catecismo. “Fui conquistado à bala”, lembra Yukishigue, que não apenas se tornou um católico entusiasmado como ainda converteu os pais. O padre ajudou a garantir uma boa educação para o menino, convencendo o reitor do Colégio do Carmo a aceitá-lo como aluno. Yukishigue saiu do colégio direto para o curso de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Em 1939, tornou-se o terceiro nissei a obter um diploma do Largo São Francisco.

Trabalhando como professor primário e advogado, virou figura fácil das delegacias, onde defendia os direitos dos japoneses, italianos e alemães presos por suspeita de espionagem. Uma vez, convenceu o delegado a soltar todos os presos políticos, mas acabou ele próprio encarcerado por dez dias. Recusou



**RETRATO**  
Quadro a óleo de 1956,  
no seu primeiro mandato  
como deputado federal



**DEPUTADO**  
Tamura com a primeira esposa, Ikuyo, no início de Brasília

ofertas de uma bolsa de estudos no Japão e de emprego na embaixada japonesa. “Sou advogado para conhecer o sofrimento do povo”, disse, em entrevista a Célia Sakurai mencionada no livro *Imigração e Política em São Paulo*. “Acabar com as injustiças, lutar pela liberdade e pelo direito” tornaram-se seus objetivos de vida. Quando percebeu que teria mais chances nessa luta atuando como político do que como advogado, resolveu se lançar candidato.

#### VOTO DOS JAPONESES

Seu primeiro adversário na política foi o preconceito dos partidos, que se recusavam a aceitar alguém de olhos puxados. “Nenhum partido queria me receber”, contou Yukishigue a Célia Sakurai. “Eu sofri muito o impacto emocional e psicológico por ser japonês.” O jeito era apelar a Deus ou, pelo menos, a um de seus representantes. Mais uma vez, entrou em cena o padre Guido, que intercedeu pelo jovem e conseguiu que ele fosse aceito como candidato a deputado



**PODERES**  
Com o presidente Juscelino Kubitschek (ao centro)  
e o ex-governador Lucas Nogueira Garcez (à direita)

estadual pelo pequeno Partido Democrata Cristão (PDC), em 1947.

Recebeu forte apoio dos tintureiros, categoria dominada pelos nipônicos: quem fosse buscar um terno numa tinturaria, naquele ano, frequentemente achava vários santinhos com o nome Yukishigue Tamura nos bolsos. Mesmo assim, foi uma campanha cansativa. Não era tão fácil achar gente da comunidade apta a votar, já que muitos isseis (nascidos no Japão) não eram naturalizados. Em busca de todos os votos nipônicos disponíveis, Yukishigue percorreu mais de 100 cidades paulistas, principalmente na região noroeste.

Yukishigue ainda precisava lidar com a desconfiança dos japoneses mais velhos. “Mas esse nissei aqui

vem pedir voto da comunidade e nem sabe falar japonês?”, perguntavam. Para solucionar essa falha, contava com a ajuda da esposa, Ikuyo, com quem se casou em 1943. Ela dominava o idioma e tinha jeito para lidar com os eleitores. “Na minha carreira política, eu sou 49% e a Ikuyo, 51%”, costumava dizer para a família. No mesmo ano em que nasceu para a política, viu Ikuyo dar à luz seu filho, Aloisio.

Derrotado na eleição estadual, Yukishigue teve mais sorte no final do ano, com a disputa para vereador. Eleito em 1947, liderou uma campanha contra o confisco dos bens de imigrantes, realizado durante a guerra pelo governo federal. Deu certo: em 1951, o Estado devolveu os bens para seus donos.



A agricultura, setor que empregava a maior parte da comunidade japonesa, era outra das bandeiras defendidas.

**“JESUS TE AMA”**

Ao final do mandato como vereador, já havia reunido suficiente café político para trocar o nanico PDC pelo Partido Social Democrático (PSD), um dos principais da época. Eleito deputado estadual em 1951, rezava todos os dias a Oração de São Francisco de Assis em busca de inspiração para seus projetos de lei. Uma das propostas mais importantes desse período levava sua marca de católico militante: a Lei 2.658, aprovada em 1954, durante as comemorações pelos 400 anos do Município, que transferia aos jesuítas o terreno do Pateo do Collegio e previa a construção do Museu Anchieta, que seria realizada em 1979. “Segundo suas memórias, a aprovação da lei foi um processo árduo. Lembra que sofreu resistências dos protestantes, dos maçons e também dos próprios católicos, que não viam com bons olhos um filho de imigrantes, japonês, ser o autor de um projeto histórico ligado às tradições católicas e paulistas”, relata a escritora Sakurai.

A fé católica com uma pegada conservadora era uma das características mais evidentes de Yukishigue. “Ele era um católico fanático”, lembra a nora Elsa Mieko Tamura, esposa de Aloisio. Ligado à Opus Dei e à Renovação Carismática, não bebia, não fumava, vivia citando versículos bíblicos em seus discursos e gostava de presentear crianças com pulseirinhas contendo a inscrição “Jesus te ama”. Sempre engravatado, vestia-se para uma visita dos netos como se fosse ao plenário. “Ele viveu

## Imigração Japonesa no Brasil

- 1908**  
Chegada dos primeiros imigrantes
- 1942**  
Brasil entra na 2ª Guerra contra Alemanha, Itália e Japão
- 1945**  
Com fim da guerra, Shindo Renmei ataca quem reconhece derrota japonesa
- 1951**  
Governo devolve bens confiscados de migrantes
- 1952**  
Brasil e Japão fazem acordo de paz; imigração é retomada
- 1954**  
No 4º Centenário de SP é construído o Pavilhão Japonês, no Ibirapuera
- 1967**  
Visita do príncipe Akihito reúne 80 mil pessoas no Pacaembu
- 1969**  
Fabio Yassuda é o primeiro nikkei a se tornar ministro.
- 2008**  
Centenário da Imigração Japonesa, com visita do príncipe Naruhito

## Trajetória de Yukishigue Tamura

- 2/1/1915**  
Nasce em São Paulo
- 1943**  
Casa-se com Ikuyo
- 1947**  
Faz história ao ser eleito vereador
- 1951**  
Eleito deputado estadual
- 1955 a 1969**  
Deputado federal por quatro mandatos seguidos
- 1969**  
Cassado pela ditadura
- 1974**  
Morre a primeira esposa
- 1976**  
Casa-se pela segunda vez, com Hanna Kirsch Laubé
- 1977 a 1983**  
Volta à CMSP por dois mandatos
- 11/7/2011**  
Morre de parada cardíaca

uma vida regrada e de bons princípios. Era uma pessoa firme, de bons propósitos e dedicada ao próximo, reto como poucos”, define Elsa.

Em 1956, em seu primeiro mandato como deputado federal, Yukishigue atuou nas negociações entre um grupo de empresários japoneses e o

governo do presidente Juscelino Kubitschek, que se uniram para criar a Usiminas, um dos maiores complexos siderúrgicos da América Latina. Enquanto os brasileiros forneciam a matéria-prima extraída do solo de Minas Gerais, os japoneses entraram com um investimento de US\$ 100 mi-

lhões. A empresa se organizou como uma joint venture, com 40% de capital privado japonês e 60% de capital estatal nacional – porcentagens sugeridas por Yukishigue. A atuação lhe rendeu o Título de Cidadão Honorário de Minas Gerais e a Medalha da Inconfidência, a maior honraria

concedida pelo governo mineiro. No Japão, recebeu os títulos Medalha do Tesouro Sagrado e doutor honoris causa em Economia da Universidade Takushoku, de Tóquio.

**ELEMENTO CRIPTOCOMUNISTA**

Católico conservador vivendo em

tempos de Guerra Fria, Yukishigue ficou do lado dos militares que, em 31 de março de 1964, derrubaram o presidente João Goulart e iniciaram 21 anos de ditadura. “Eles tiveram a boa intenção de democratizar este País, evitando a corrupção”, apenas pecando por não reconhecer que “uma revolução não pode se eternizar”, diria Yukishigue em 1977, em discurso no seu segundo mandato na CMSP. Ele se orgulhava de ser amigo do marechal Humberto Castello Branco, primeiro ditador do novo regime, com quem havia cursado, em 1957, a Escola Superior de Guerra – instituição que atuou como uma das articuladoras do golpe de 64. Cinco anos após o golpe, contudo, Yukishigue iria se tornar vítima do monstro que ajudara a criar.

Embora pertencesse à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que apoiava o regime militar, Yukishigue contrariou as determinações da ditadura em momentos-chave. Em 1968, votou a favor de um projeto de anistia a estudantes e trabalhadores processados pelo governo, dizendo que “quem não sabe perdoar dificilmente saberá governar”. No mesmo ano, votou contra o pedido de licença do governo federal para processar o deputado Márcio Moreira Alves, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), autor de um discurso que havia irritado as Forças Armadas. A recusa do pedido de licença serviu de pretexto para o presidente Arthur da Costa e Silva fechar o Congresso e editar o Ato Institucional 5, que eliminou garantias individuais e iniciou a ditadura sem disfarces. Com base no AI-5, Yukishigue se viu cassado, no seu quarto mandato como deputado



## Do “voto da colônia” ao voto de todos

Yukishigue Tamura foi o primeiro de muitos descendentes de japoneses que enfrentaram os preconceitos e se lançaram na política, a partir do final dos anos 40. A historiadora Célia Sakurai chama os políticos dessa primeira fase de “candidatos étnicos”, por terem sido “eleitos basicamente com os votos da colônia” e defenderem os seus interesses, principalmente em questões ligadas à agricultura, principal atividade da maioria dos nikkeis (os japoneses e seus descendentes).

A partir de 1964, surge uma nova geração de políticos com ascendência japonesa e “outros elementos começam a pesar, como a eleição a partir de categorias profissionais, em grupos específicos não necessariamente ligados à comunidade”, explica Sakurai. Àquela altura, “os candidatos nikkeis não participam das eleições pela origem étnica, mas por sua atuação na sociedade”.

Tudo começou pelo Legislativo. Depois de Yukishigue, atuaram como vereadores ou deputados nomes como João Sussumu Hirata, Diogo Nomura, Ioshifumi Utiyama, Antônio Morimoto, Antônio Ueno, Shiro Kyo-no, Jihei Noda e Hatiro Shimomoto. Em 1992, Paulo Kobayashi assumiu a presidência da CMSP e, cinco anos depois, da Assembleia Legislativa.

No Executivo brasileiro, o primeiro prefeito nissei foi Tadao Hatanaka, de Bastos (interior de São Paulo), em 1956. O primeiro a assumir um cargo de ministro foi Fábio Yasuda, que comandou a pasta de Comércio



VEREADOR • Paulo Kobayashi na tribuna da CMSP, em 1993

e Indústria, em 1969, seguido por Shigeaki Ueki, de Minas e Energia, que também presidiu a Petrobras. Em 2003, Luiz Gushiken, um dos fundadores do PT, tornou-se ministro da Secretaria de Comunicação.

Atualmente, a CMSP tem três vereadores nikkeis: Aurélio Nomura (PSDB), George Hato (PMDB) e Ota (Pros). Mas, lembra Sakurai, já não existem os “candidatos da colônia”, porque a própria comunidade nipônica, como um grupo social definido, restrito à agricultura, deixou de existir. “As coisas se diluíram bastante. A colônia japonesa mudou de face, houve muitos casamentos interétnicos e os descendentes hoje participam de todas as áreas da vida pública brasileira”, diz. Todos se tornaram, simplesmente, brasileiros.

federal, por um decreto presidencial em 16 de janeiro de 1969.

Numa ata secreta em que o presidente Costa e Silva e seus ministros discutem a cassação de Yukishigue e outros deputados (hoje disponível em [www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br)), a razão apontada para a cassação é a assinatura de Yukishigue, ao lado de outros dois deputados arenis-

tas (Antonio Sílvio Cunha Bueno e Roberto Cardoso Alves) em um manifesto contra o AI-5. Na reunião, Costa e Silva contou que se ressentia de um episódio ocorrido no ano anterior, em que Yukishigue o procurou com um pedido para ser nomeado embaixador do Japão (cabe ao presidente indicar os nomes dos embaixadores, que são aprovados pelo Senado). Cos-

ta e Silva contou que o pedido de Yukishigue viera acompanhado de um livro contendo as assinaturas de todos os senadores, o que, aos olhos do ditador, pareceu uma afronta. “Ele praticou uma inversão, pois já trazia o voto do plenário”, afirmou o presidente na reunião. Costa e Silva contou que negou o pedido de Yukishigue, após o episódio, “ficou inimigo do governo”.

Ainda nessa reunião, o presidente e seus ministros analisaram as informações fornecidas pelos serviços de informação do governo a respeito do deputado. Muitas não passavam de fantasia paranoica. Os arapongas da ditadura afirmavam, por exemplo, que Yukishigue havia sido membro da Shindo Renmei e que seria “um dos elementos criptocomunistas de maior prestígio na colônia japonesa paulista”.

Ser cassado pelo regime que ajudou a construir fez muito mal a Yukishigue, logo ele que prezava tanto a ordem (“não fui cassado nem por corrupção, nem por subversão”, dizia). Mudou para a oposição, ingressando no MDB. Mas, quando tentou lançar-se candidato, em 1970, acabou impugnado.

### “VIVA CASADO E NÃO CASSADO”

Vítima de câncer de útero, a esposa de Yukishigue morreu em 1974. Ele atribuiu a morte de Ikuyo à cassação desonrosa. “A minha cassação, em 1969, acarretou a morte da minha saudosa Ikuyo. Ela morreu de tristeza, mas me deixou um legado: ‘Perdoe, saiba per-



VATICANO • Tamura em visita ao papa João XXIII: “católico fanático”



MILITAR • Yukishigue (esquerda) na Escola Superior de Guerra, em 1958, com Tancredo Neves (no meio) e Castello Branco (direita)



**FAMÍLIA**  
O bisneto Pietro, a neta Paula Harumi e a nora do político, Elsa Mieko



**LEMBRANÇAS**  
Hoje, objetos da família Tamura recordam Yukishigue e Ikuyo

doar”, afirmou em discurso feito na CMSP em 1977. No mesmo pronunciamento, relata que passou dois anos meditando, aprendendo a lidar com o ódio e a tristeza que a cassação do mandato e a morte da companheira haviam lhe causado. Pensou em se recolher a um mosteiro. Em vez disso, preferiu se casar de novo e voltar para a política.

As duas retomadas, segundo Yukishigue, foram um pedido de

Ikuyo, pouco antes de morrer. “Volta à política, se eu morrer, e ajuda a construir uma cidade (...). Mas antes de partir te peço: não vivas só, casa-te, reconstrói a tua família. Viva casado e não cassado! Um dia a justiça será feita”, teria dito a primeira esposa.

Seguindo os conselhos, casou-se de novo, em 1976, com Hanna Kirsch Laubé, uma gaúcha de Novo Hamburgo, também viúva, que conheceu na igreja. Ela tinha três filhos, Vitor, Carlos Eduardo e Ilzo Roberto, a quem Yukishigue se referia como “meus filhos”. “Vencido o abismo inicial decorrente de diferenças culturais e etárias (quando se casou, Yukishigue tinha 61 anos e Vitor, seu enteado mais velho, 19), que tanto nos distanciava a princípio, aprendi a conhecer e respeitar sobremaneira o meu padraço, um homem efetivamente íntegro e honesto”, conta Vitor.

No mesmo ano, Yukishigue voltou a se eleger vereador, reto-

mando a carreira política após sete anos de afastamento. Da sua segunda passagem pela CMSP, destacam-se a autoria da Lei 9.120/1980, que proibiu fumar em locais públicos como elevadores, ônibus e cinemas, e a entrega do Título de Cidadão Paulistano ao papa João Paulo II.

Em 11 de julho de 2011, Yukishigue Tamura morreu de parada cardíaca, aos 96 anos. Em uma de suas últimas entrevistas, aquela para o *Jornal do Nikkey*, contou que nunca conseguiu fazer os brasileiros pronunciarem direito o seu nome. “Chamavam-me de xique-xique, de uísque-uísque...” Pensou em trocar para Luís, o nome recebido em seu batismo católico. Desistiu após receber o conselho do pai: “Não queira mudar porque é o nome mais bonito que encontrei. Significa ‘uma felicidade crescente até a eternidade’”. **a**

## SAIBA MAIS

### Livros

**Arigatô: a Emocionante História dos Imigrantes Japoneses no Brasil.**

Jhony Arai e Cesar Mitsunobu Hirasaki. JBC, 2008.

**Banzai!: História da Imigração Japonesa no Brasil em Mangá.**

Francisco Noriyuki Sato e Julio Shimamoto. NSP-Hakkosha, 2008.

**A Fase Romântica da Política: os Primeiros Deputados Nikkeis no Brasil.** Célia Sakurai (capítulo do livro *Imigração e Política em São Paulo*). Sumaré, 1995.

**O Nikkei no Brasil.** Kiyoshi Harada (organização). Atlas, 2008.

**Corações Sujos.** Fernando Morais. Companhia das Letras, 2000.

### Site

<http://imigracaojaponesa.com.br>